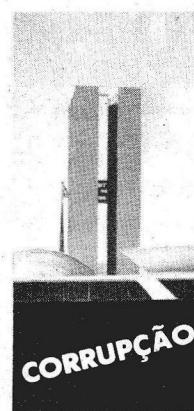


Genebaldo usou as sobras da campanha de Ulysses

Raimundo Paccó



O líder licenciado do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), confessou ontem ter cometido crime eleitoral ao tentar explicar a origem dos depósitos de US\$ 1,665 milhão em suas contas bancárias nos últimos cinco anos. Segundo o deputado "amigos e pessoas jurídicas" deram dinheiro para a campanha presidencial de Ulysses Guimarães em 1989, que ficou com o próprio Genebaldo. Apesar de ter optado pelo crime eleitoral para livrar-se das acusações de corrupção, Genebaldo, mesmo assim, caiu em contradição e não foi convincente sobre os depósitos feitos por ele na conta do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), em 1989. No meio do depoimento, o senador Luís Alberto (PTB-PR) apresentou, ainda, um documento provando que Genebaldo mentiu à CPI sobre a compra de um imóvel em Salvador.

Genebaldo disse que os recursos lhe teriam sido entregues para financiamento de campanha. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) perguntou-lhe se teria comprado

Explicação provoca protesto

Uma citação, feita pelo deputado Genebaldo Correia, do nome do deputado Ulysses Guimarães como beneficiário dos recursos doados para campanha eleitoral — justificativa de Genebaldo para o enorme volume de recursos movimentados na sua conta — provocou protesto do

vantes de que o dinheiro tinha sido efetivamente gasto no comitê eleitoral do PMDB, mas Genebaldo afirmou que, quatro anos depois, não tinha mais os recibos.

Genebaldo sugeriu ao relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que realizasse estudo mais detalhado de suas contas a partir daquele período. Para Mercadante, as explicações para o rápido consumo do dinheiro, sem comprovantes, eram "pouco consistentes". Genebaldo lembrou que seus saldos bancários eram "todos muito baixos", mas o deputado paulista retrucou com o argumento de que em período de inflação alta o dinheiro não fica nas contas — vai para as aplicações financeiras.

Imóvel — Segundo o senador Luís Alberto, foram várias as mentiras flagradas nas explicações de Genebaldo sobre este imóvel, avaliado em US\$ 230 mil. Primeiro, ele disse que adquiriu o apartamento este ano. O documento enviado à CPI pelo ex-proprietário do apartamento do Edifício Lac D'Annecy, Antônio Carlos Matteoni de Athayde, demonstra que a transação foi feita em 1991. Genebaldo afirmara que o pagamento foi feito em moeda corrente nacional. O ex-proprietário atesta que ele pagou parte da dívida em dólar. O líder licenciado do

PMDB sonegou também a informação da compra do apartamento na sua declaração de bens.

Na declaração entregue à Receita Federal em 1992, Genebaldo menciona apenas um empréstimo a Elizabeth Gordilho de Ataíde, ex-mulher do ex-proprietário, no valor de Cr\$ 23 milhões (em valores da época), referente a um contrato mútuo. Na ocasião, o deputado preferiu não transferir o apartamento para o seu nome porque estava se separando de sua primeira mulher e não queria incorporar novos bens ao seu patrimônio. Da mesma forma que não registrou o apartamento, Genebaldo também não assumiu a dívida de um financiamento com o Bradesco, que continua em nome de Antônio Carlos.

Os deputados Aloízio Mercadante (PT-SP) e Luiz Salomão (PDT-RJ) levantaram dúvidas sobre como o líder do PMDB, contando apenas com seus vencimentos da Câmara e o salário da sua atual mulher, Marta, de Cr\$ 443 mil, poderá honrar a dívida com o banco, no valor de US\$ 62,3 mil, que deve ser paga até o dia 23 de fevereiro de 1994. Genebaldo disse que iria usar os recursos da venda de dois outros imóveis em Salvador para saldar a dívida.

A situação da casa do Lago Norte de Brasília, em nome de sua mulher, também levantou dúvidas entre os integrantes da CPI. Segundo Genebaldo, ele emprestou a Marta o equivalente a Cr\$ 15 milhões para adquirir o imóvel, que custou Cr\$ 24 milhões. O parlamentar não soube explicar de onde foram retirados os restantes Cr\$ 9 milhões que Marta precisou para completar o valor da casa. Nem na sua declaração de renda, nem na de sua mulher constam recursos próximos a esta cifra.



Genebaldo confessou crime eleitoral e caiu em contradições